

4

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Conceitos e fundamentos de avaliação

Ronaldo Silva Melo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Reitor

José Daniel Diniz

Vice-reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Cândida de Souza

Fabrcio Germano Alves

Francisco Dutra de Macedo Filho

Gilberto Corso

Grinaura Medeiros de Moraes

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Marta Maria de Araújo

Martin Pablo Cammarota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

Secretária de Educação a distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rego

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Edineide Marques

Gestão do Fluxo Editorial

Rosilene Alves de Paiva

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Moraes Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD

Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ

Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

Lilian Giotto Zaros – CB

Marcos Aurélio Felipe – SEDIS

Maria Cristina Leandro de Paiva – CE

Maria da Penha Casado Alves – SEDIS

Nedja Suely Fernandes – CCET

Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim – SEDIS

Sulemi Fabiano Campos – CCHLA

Wicliffe de Andrade Costa – CCHLA

Revisão Linguístico-textual

Fabiola Barreto

Revisão de ABNT

Edineide da Silva Marques

Revisão Tipográfica

José Correia Torres Neto

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Lucas Almeida Mendonça

Imagem de capa

Fotografia de Andrew Neel disponível em unsplash.com/photos/cckf4TSHAuw

Catálogo da publicação na fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação a Distância

Melo, Ronaldo Silva.

Conceitos e fundamentos de avaliação [recurso eletrônico] / Ronaldo
Silva Melo – Natal: SEDIS/UFRN, 2020.

14 p.: il. 1 PDF

ISBN 978-65-86890-10-5

1. Avaliação. 2. Avaliação – Ensino on-line. 3. Práticas de Educação.
4. Prática de Ensino e Aprendizagem. 5. Ação Educativa. I. Título.

CDU 37.018.43
M528c

EMENTA:

O conceito e os fundamentos de avaliação e a sua relação com as práticas de educação e ensino. Modalidades, etapas e ferramentas de avaliação do ensino e da aprendizagem na ação educativa.

OBJETIVOS:**Geral:**

- Entender os Conceitos e fundamentos da avaliação.

Específicos:

- Conhecer as variadas modalidades de avaliação e pensar sobre a prática avaliativa na ação educativa.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Atualmente, muito se tem falado sobre educação e ensino, haja vista os acirrados debates sobre as reformas educacionais. Um ponto polêmico refere-se à quantidade razoável de professores que abrem mão de assim serem chamados, adotando a denominação de educadores, posto que defendem que sua prática transborde em muito os limites do que se costuma entender como ensino. Mas, afinal de contas, o que é Educação e o que é Ensino?

José Carlos Libâneo, em seu clássico livro *Didática*, ajuda-nos a conceituar e a distinguir essas concepções. Para o autor em questão,

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas físicas, morais intelectuais, estéticas tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, em determinado contexto de relações sociais. A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida (LIBÂNEO, 2013, p. 21-22).

Instrução e ensino, por sua vez, segundo o mesmo autor, definem-se da seguinte forma: “Instrução se refere à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. O ensino corresponde a ações, meios e condições para a realização da instrução” (LIBÂNEO, 2013, p. 22).

Desse modo, tanto o conceito de educação como os conceitos de instrução e ensino são do âmbito dos processos sociais, históricos e culturais de formação humana. O primeiro conceito, contudo, evoca o citado processo em sua dimensão mais ampla, podendo ser confundido com o processo de socialização como um todo. Ao passo que os dois últimos conceitos citados sinalizam a especialização da educação e dos processos formativos aos moldes da instituição escolar, com profissionais, tempos, espaços e saberes cientificamente controlados.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação se torna um instrumento que o professor deve adotar. Libâneo (2013) afirma que, por meio dela, os resultados são obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, e são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correções necessárias.

Observe que o autor chama a atenção para o trabalho conjunto, ou seja, para uma parceria à luz de objetivos, visando à observância de progressos e dificuldades a fim de, havendo necessidade, continuar ou tomar novos rumos. A avaliação vai além da realização de provas e de atribuições das notas. A mensuração pode proporcionar dados que podem ser submetidos a uma apreciação qualitativa, conforme ressalta Libâneo (2013). Porém, ela cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle, as quais recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Ainda em referência à prática, Pedro Demo (1994) destaca uma competência essencial do professor, que é ser pesquisador e orientador, englobando suas capacidades construtiva e participativa. E vai além, ao dizer que, nos processos avaliativos, essa competência deve ser testada para não induzir a valorização da aula e suas didáticas. Dessa forma, o professor também deve estimular em seus alunos o espírito de pesquisador, que não para de apreender nunca. Aliás, esse pensamento se reforça cada vez mais quando vemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Figura 1), que preveem o aprendizado ao longo da vida.



Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 22 maio 2018.

A palavra avaliação possui parentesco semântico com outras palavras tais como valize e valorar, e todas derivam do étimo latino avalere (CUNHA, 1986) que, por seu turno, evoca a ação de emitir valor, isto é, um juízo de valor. Em outras palavras, avaliar consiste em dizer se está ótimo, bom, regular ou ruim.

Para uma melhor compreensão da avaliação, são necessários dois breves esclarecimentos sobre esse conceito. Primeiro, o processo de emissão de juízo de valor demanda coleta de dados e informações da realidade de modo geral e, especificamente, dos objetos a ser avaliados. Segundo, quando realizado no âmbito da educação, os processos avaliativos são realizados em coletividades, o que demanda a construção de escalas e critérios. Desse modo, o processo avaliativo ocorre a partir da aplicação de instrumentos de coleta de dados e organização dessas informações em uma escala de valores, segundo critérios previamente definidos. Esses valores podem ser tanto qualitativos – tais como muito bom, bom e regular – como quantitativos, a exemplo das tradicionais notas.

Observamos em resultados de enquetes realizadas com professores que há vários tipos de instrumentos usados para a avaliação, como instrumentos definidos pela coordenação, preenchimento de fichas, autoavaliação, feedback, conversa com o discente, frequência, interesse etc. Tudo isso é exemplo do que foi respondido quando perguntado sobre a existência de instrumentos de avaliação. Quando propomos perguntas sobre a prática de avaliação (Como é? Quais os critérios? Qual a frequência?), verificamos que os instrumentos avaliativos são variados. Portanto, pensar numa avaliação que permita uma comparação entre os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto de professores e alunos e os objetivos propostos, e dessa forma, nos envolvidos no processo, permitirá evidenciarmos os progressos e as dificuldades e reorientar o trabalho, conforme propõe Libâneo (2013). Muitas vezes, recebemos críticas sobre a prática da avaliação em nossos lugares de reflexão. Vamos enumerar algumas delas (Figura 2), porém, não pretendemos esgotá-las.

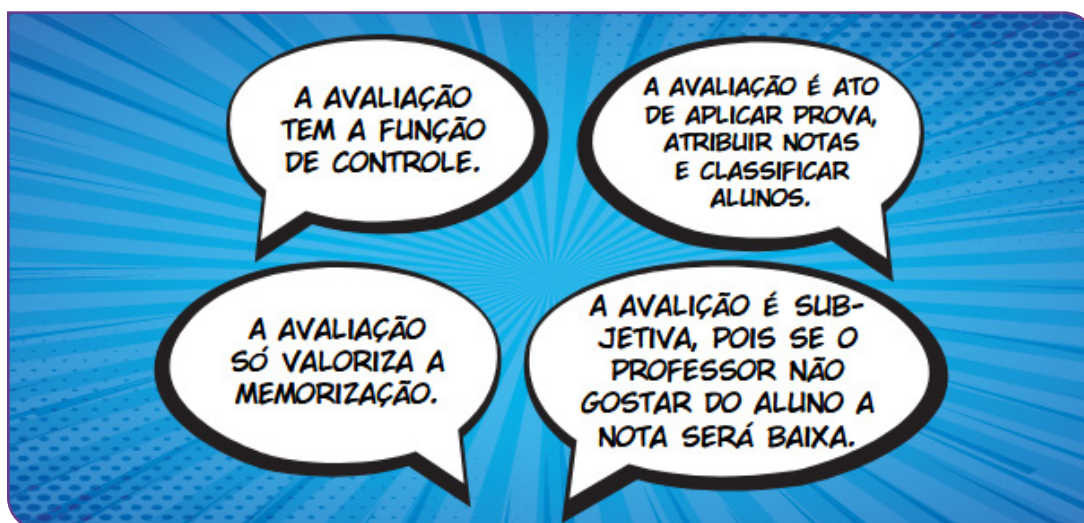


Figura 2 - Críticas sobre a avaliação

Fonte: autoria própria

De fato, todas as críticas feitas anteriormente são relevantes e muitas vezes ocorrem na realidade do dia a dia, na prática do ensino e da aprendizagem. Mais uma vez, apresentaremos quatro quadros sistematizados por nós, baseados na obra de Libâneo (2013, p. 219), que retratam equívocos relacionados à prática avaliativa.

O primeiro equívoco, e o mais comum, é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle, e ainda hoje há professores que se vangloriam por deter o poder de aprovar ou reprovar. Quantas vezes se ouvem afirmações inteiramente falsas sobre o que deve ser um trabalho docente de qualidade, por exemplo: “O professor X é excelente, reprova mais da metade da classe”, “O ensino naquela escola é muito puxado, poucos alunos conseguem aprovação”. Tal ideia é descabida, primeiro, porque a atribuição de notas visa apenas ao controle formal, com objetivo classificatório e não educativo; segundo, porque o que importa é o veredito do professor sobre o grau de adequação e conformidade do aluno ao conteúdo que transmite. Essa atitude ignora a complexidade de fatores que envolvem o ensino, tais como os objetivos de formação; os métodos e procedimentos do professor; a situação social dos alunos; as condições e os meios de organização do ensino; os requisitos prévios que têm os alunos para assimilar matéria nova; as diferenças individuais; o nível de desenvolvimento intelectual; as dificuldades de assimilação devido a condições sociais, econômicas e culturais adversas dos alunos. Ao fixar critérios de desempenho unilaterais, o professor os avalia pelo mérito individual, pela capacidade de se ajustarem aos seus objetivos, independentemente das condições do ensino e dos alunos, e dos fatores externos e internos que interferem no seu rendimento escolar.

O segundo equívoco é utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados. As notas se transformam em armas de intimidação e ameaça para uns, e prêmios para outros. É comum a prática de dar e tirar “ponto” conforme o comportamento do aluno; ou a preocupação excessiva pela exatidão da nota, às vezes, reprovando alunos por causa de décimos. Nessas circunstâncias, o professor exclui o seu papel de docente, isto é, o de assegurar as condições e meios pedagógico-didáticos para que os alunos sejam estimulados e aprendam sem necessidade de intimidação.

O terceiro equívoco é o dos professores que, por confiarem demais em seu “olho clínico”, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas. Nesse caso, o prejuízo dos alunos é grande, uma vez que o seu destino costuma ser traçado logo nos primeiros meses do ano letivo, quando o professor estabelece quem passa e quem não passa de ano. Os condenados à repetência são isolados no canto da sala de aula e, não raro, abandonam a escola.

O quarto equívoco é daqueles professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor dos dados qualitativos. Consideram que as provas de escolaridade são prejudiciais ao desenvolvimento autônomo das potencialidades e da criatividade dos alunos. Acreditam que, sendo a aprendizagem decorrente preponderantemente da motivação interna do aluno, toda situação de prova leva à ansiedade, à inibição e ao cerceamento do crescimento pessoal. Por isso, recusam qualquer quantificação dos resultados. Esses aspectos apresentados levam a duas posições

distintas em relação à avaliação: apenas aspectos quantitativos ou apenas qualitativos. No primeiro, a avaliação é vista somente como medida, ou seja, mal utilizada. Já no segundo, a avaliação se perde na subjetividade de professores e alunos.

No que diz respeito às características da avaliação escolar (Figura 3), mais uma vez, citaremos Libâneo (2013) para nos ajudar nessa reflexão.



Figura 3 - Características da avaliação escolar

Fonte: Libâneo (2013)

MODALIDADES DA AVALIAÇÃO

Desse ponto em diante, faremos uma apresentação de algumas modalidades de avaliação. A proposta é que você conheça ou relembre essas modalidades.

A diagnóstica, a formativa, a somativa e outras propostas

Primeiro, vamos tratar sobre os instrumentos de diagnóstico e questionário avaliativo. Nesse sentido, trouxemos para você um texto bem interessante, que nos ajudará a entender ainda mais as modalidades e etapas da avaliação. Vamos a ele?

Tipos de avaliação escolar

A avaliação se faz presente em todos os domínios de atividade humana. O “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte do nosso cotidiano. Como afirma Dalben (2005), isso pode se dar por meio das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia a dia, ou formalmente, por intermédio da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões. Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação no contexto escolar realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. A avaliação não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico: ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. A avaliação está estritamente ligada à natureza do conhecimento, e uma vez reconhecida essa natureza, a avaliação deverá ajustar-se a ela se quiser ser fiel e manter a coerência epistemológica. Assim percebemos que a avaliação não é apenas uma prática escolar, uma atividade neutra ou meramente técnica, e sim uma atividade dimensionada, de ciências e de educação, que irá traduzir a prática pedagógica. Na condição de avaliador, o professor irá interpretar e atribuir sentidos e significados à avaliação.

Existem vários tipos de instrumento de avaliação com base nos quais o professor conseguirá observar o desenvolvimento do aluno, um exemplo é a prova dissertativa na qual o aluno coloca, com suas palavras, o que entendeu sobre o assunto. Outra forma de avaliar o aluno é com a autoavaliação, pois, por meio de algumas afirmações, ele irá analisar e dizer como foi seu desenvolvimento. Avaliar não é somente atribuir ao aluno uma nota obtida em uma prova; avaliar é bem mais que isso. Não se pode determinar se ele sabe ou não apenas por essa nota, pois muitas vezes, no dia daquela atividade, o aluno podia não estar bem emocionalmente, podia ter acontecido algo no caminho da escola ou outra coisa que lhe deixou abalado e, por isso, não obteve um bom desempenho.

A avaliação deve envolver instrumentos com os quais se possam identificar e analisar a evolução, o rendimento e as modificações do educando, confirmando a construção do conhecimento. A aferição de notas aos alunos, quase que na totalidade das vezes, serve apenas para classificar os alunos em aprovados e reprovados e não para medir nível de desenvolvimento. Assim, existem algumas modalidades de avaliação que podem ser aplicadas, quais sejam: avaliação diagnóstica, avaliação formativa, avaliação somativa; e quanto ao tipo avaliação escrita: autoavaliação e avaliação cooperativa.

- A **avaliação diagnóstica** deve acontecer no início de cada ciclo, pois, assim, fica mais fácil detectar os erros e planejar as atividades que serão realizadas.
- A **avaliação formativa** tem como propósito informar ao professor e ao aluno sobre os resultados da aprendizagem no decurso das atividades. Assim, possibilita a reformulação e assegura o alcance dos objetivos. Tem esse nome por indicar como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos.
- A **avaliação somativa**, por sua vez, tem a função de classificar os alunos ao final da unidade, do semestre ou do ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. Deve-se avaliar, de maneira geral, o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e ao final de um curso. Assim esse tipo de avaliação seria a junção de uma ou mais avaliações trabalhadas pelo professor, buscando valorizar as diferentes etapas de ensino-aprendizagem dos alunos.

A avaliação escrita não pode restringir-se a pedir aos alunos que repitam somente o que foi ensinado ou o que está no material textual, ela deve servir também para verificar o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos (organização das ideias, clareza de expressão, originalidade, capacidade de fazer relações entre fatos dentro do texto escrito). A esse respeito, Libâneo (2013) afirma que a prova dissertativa se compõe de um conjunto de questões ou temas que devem ser respondidos pelos alunos com suas próprias palavras. Cada questão deve ser formulada com clareza, mencionando uma habilidade mental que se deseja que o aluno demonstre. Por exemplo: compare, relacione, sintetize, descreva, resolva, apresente argumentos contra ou a favor etc.

Com relação à autoavaliação, Sant'Ana (2009) afirma que esse processo é capaz de conduzir o aluno a uma modalidade de apreciação que se põe em prática durante a vida inteira. Por meio dela, os alunos adquirem a capacidade cada vez maior de analisar suas próprias aptidões, as atitudes, os comportamentos, pontos fortes, necessidades e êxitos na consecução de propósitos. Nesse caso, para que a autoavaliação tenha êxito, é preciso que o professor acredite no aluno e ofereça condições para a aprendizagem, pois assim o aluno se sentirá seguro para manifestar autenticidade em sua avaliação.

REFERÊNCIAS:

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1994. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

DIAS, Fernanda de Sousa Barros. Tipos de Avaliações Escolar. **Portal Educação**, [2017]. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/tipos-de-avaliacoes-escolar/16604>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOBRE O AUTOR

Ronaldo Silva Melo

Possui Graduação em Letras (Português e Literatura Brasileira). Concluiu o Mestrado em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2013. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, professor concursado da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) e atua como professor convidado do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFHT/UERJ) coordenando projetos de Extensão e de Pós-graduação especialmente nas áreas de Educação com mediação tecnológica, Aprendizagem, Formação Humana e Políticas Públicas.

<http://lattes.cnpq.br/7324158798035035>



